



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins.

116
70

RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0001310-64.2013.8.17.1480 (0328912-9)

RECORRENTE: COMPESA

RECORRIDO: ELAINE TERESA DA SILVA

RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS

Sexta Câmara Cível

EMENTA: RECURSO DE AGRAVO EM FACE DA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÍVIDA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. RELAÇÃO DE CONSUMO. INTERRUPTÃO INDEVIDA NO ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA UNIDADE CONSUMIDORA DA AUTORA. DANO MORAL CONFIGURADO. APELAÇÃO NÃO CONHECIDA FACE DA AUSÊNCIA DE UM DOS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL ELENCADOS NO ARTIGO 514 DO CPC QUAL SEJA, OS FUNDAMENTOS DE FATO E DE DIREITO. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. MANTIDA A DECISÃO DE PISO QUE DETERMINOU QUE A CONCESSIONÁRIA RÉ DESCONSTITUÍSSE A DÍVIDA E INDENIZASSE A AUTORA, NO VALOR DE R\$ 6.000, 00 (SEIS MIL REAIS) A TÍTULO DE DANOS MORAIS PELA INTERRUPTÃO INDEVIDA. RECURSO IMPROVIDO.

- Quando da interposição do recurso de apelação, a concessionária ré deixou de atacar com precisão os fundamentos da sentença de piso, pois, o seu inconformismo não correspondeu com a causa de pedir da ação, já que esta trata de uma reparação de dano moral por suspensão indevida no fornecimento de água, enquanto que o apelo tratou de uma reparação por danos morais ante uma inscrição indevida no nome da autora nos cadastros dos órgãos de proteção ao crédito. Violando assim, o princípio da dialeticidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Desembargadores que compõem a Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, **em negar provimento** ao Recurso de Agravo, nos termos do voto do Relator.

Recife, 27 de 05 de 2014.

DES. FERNANDO MARTINS - Relator

tefh



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins.

177
JFM

RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0001310-64.2013.8.17.1480 (0328912-9)

RECORRENTE: COMPESA

RECORRIDO: ELAINE TERESA DA SILVA

RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS

Sexta Câmara Cível

RELATÓRIO

Cuida-se de Recurso de Agravo interposto pela COMPESA, em face da decisão monocrática de fls. 84/86 que, com fulcro no artigo 557, *caput*, negou seguimento ao recurso apelatório interposto pela aqui recorrente, em face da sentença proferida nos autos da Ação Declaratória de Inexistência de Dívida C/C Indenização por Danos Morais que desconstituiu o débito indicado na inicial e condenou a parte demandada, ora recorrente, a pagar indenização por dano morais à parte autora, aqui recorrida, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), com a devida correção monetária e juros de mora de 1% ao mês, contados a partir da sentença. Concedeu também a liminar de tutela antecipada, determinando que a concessionária ré restaurasse o fornecimento de água a parte autora no prazo de 48hs, sob pena de pagamento de multa no valor de R\$ 500,00 por dia de atraso. Por fim, condenou a demandada no pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, este na base de 20% sobre o *quantum* da indenização corrigido monetariamente.

Nas razões de fls. 98/109, a concessionaria recorrente destaca a sua irresignação quanto a decisão recorrida, sob o argumento de ser a mesma injusta, sob o prisma jurídico, e está conflitante com as normas vigentes que regem a matéria. Aduz que em momento algum não vislumbrou a existência de fato suficiente para ensejar uma reparação pecuniária por danos morais, vez que a autora/recorrida "não demonstrou a negligência, imperícia ou imprudência desta instituição financeira contestante, de modo que resta impossível a caracterização da responsabilidade civil". (n. 100) Alega também que



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins.

418
20

foi exorbitante o valor fixado a título de dano moral, motivo pelo qual pugna pelo seu minoramento.

Motivos pelos quais, requer que seja exercido o juízo de retratação por esta relatoria ou, caso não seja esse o entendimento, que se coloque o presente recurso de agravo em mesa para julgamento colegiado.

Em face do não exercício do juízo de retratação, ponho o feito em julgamento colegiado.

É o relatório.

VOTO

Faz-se necessário esclarecer que o motivo que ensejou o ajuizamento da Ação Declaratória de Inexistência de Dívida c/c Indenização por Danos Morais, pela demandante/recorrida foi a interrupção indevida no abastecimento de água em sua residência, na data de 26.04.2013, uma vez que, de acordo com os documentos colacionados às fls. 12/17, o débito que gerou a interrupção pertencia a unidade consumidora vizinha a sua.

Na peça atrial a demandante alegou e comprovou que, quando da interrupção, estava adimplente com a demandada recorrente. Alegou também, que até a data da propositura da ação (31.07.2013) o fornecimento não havia sido normalizado em sua unidade consumidora.

Verifica-se dos autos que as razões de inconformismo da recorrente quando da interposição da apelação (fls. 53/60) não correspondem com a causa de pedir da ação, vez que esta trata de uma reparação de dano moral por suspensão indevida no fornecimento de água, enquanto que o apelo trata de uma reparação por danos morais ante uma inscrição indevida no nome da autora nos cadastros dos órgãos de proteção ao crédito, conforme o trecho contido no corpo das razões recursais (fl. 54), *ipsis litteris*:

"(...)

II- DOS FATOS

A) – DA ALEGAÇÃO DA PARTE DEMANDANTE.

O demandante alega que foi surpreendido pela negatificação de seu nome, alegando que o negativaram por contrato diverso do seu.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins.

110
A

(...)."

Portanto, note-se que o recurso de apelação deixou de atacar com precisão os fundamentos da sentença hostilizada, o que não se admite no ordenamento jurídico, por violar o princípio da dialeticidade.

Segundo a nota 10 ao artigo 514, na obra "Código de Processo Civil e legislação processual em vigor", THEOTÔNIO NEGRÃO e outros, 40ª edição, pág. 681, *verbis*:

"É dominante a jurisprudência de que não se deve conhecer a apelação:

(...)

- em que as razões são inteiramente dissociadas do que a sentença decidiu (RT 849/251, RJTJESP 119/270, 135/230, JTJ 259/124, JTA 94/345, Bol. AASP 1.679/52.

(...)."

Assim, conforme já asseverado na decisão de fls. 84/86, o recurso de apelação não merecia ser conhecido face da ausência de um dos requisitos de admissibilidade recursal elencados no artigo 514 do CPC¹, qual seja, os fundamentos de fato e de direito.

Com tais considerações, voto pelo **não provimento** do presente recurso de agravo, mantendo intacta a decisão recorrida em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 27 de 05 de 2014.

DES. FERNANDO MARTINS - Relator

¹ CPC, ART. 514 – A apelação, interposta por petição dirigida ao juiz, conterá:

I – (...)

II – os fundamentos de fato e de direito;

III – (...)